

## Os caminhos da Serra Grande e o Parque Estadual do Ibitipoca

Los senderos de la Serra Grande y el Parque Estatal Ibitipoca

Danielle Aparecida Arruda<sup>1</sup>

“Os caminhos mobilizam a memória e sempre contam histórias para quem tem uma pergunta” (CÁCERES, 2016)

**Resumo:** Neste trabalho analisaremos a política de criação de Unidades de Conservação tendo como foco as relações e dinâmicas entre sociedade e natureza, a exclusão das comunidades que vivem em seu entorno dos processos de implementação, gestão e da própria concepção de uma área de conservação. Os caminhos e trilhas que ligavam as comunidades ao Parque Estadual do Ibitipoca serão usados como exemplo do rompimento de vivências tradicionais. Entendemos que este fato impacta nas relações de sociabilidade entre as populações que ocupavam esse território comunitariamente. Buscamos demonstrar como os silenciamentos das memórias e tradições dessas populações prosseguem até os dias atuais, desconsiderando os saberes e fazeres ligados ao lugar, as relações, identidades e pertencimentos das comunidades que foram afetadas com a estatização do território.

**Palavras-chave:** preservacionismo; memória; multiterritorialidade..

**Resumen:** En este trabajo analizaremos la política de creación de áreas protegidas, centrándonos en las relaciones y dinámicas entre sociedad y naturaleza, la exclusión de las comunidades que viven a su alrededor de los procesos de implementación, manejo y diseño de un área de conservación. Los caminos y senderos que conectaban a las comunidades con el Parque Estatal Ibitipoca serán utilizados como ejemplo de la ruptura de las experiencias tradicionales. Entendemos que este hecho tiene un impacto en las relaciones de sociabilidad entre las poblaciones que ocuparon este territorio como comunidad. Buscamos demostrar cómo el silenciamiento de las memorias y tradiciones de estas poblaciones continúa hasta nuestros días, desconociendo los saberes y acciones vinculadas al lugar, las relaciones, identidades y pertenencias de las comunidades que fueron afectadas por la institucionalización del territorio.

**Palabras clave:** preservacionismo; memoria; multiterritorialidad.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestra em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Especialista em Gestão e Inovação da Educação a Distância pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e graduada em Pedagogia pela Faculdade de Conchas (FACON). E-mail: daniellehistjf@gmail.com.

## O preservacionismo na criação da unidade de conservação

A criação do Parque Estadual do Ibitipoca<sup>2</sup>, localizado em Minas Gerais, remonta à década de 1970 e ao contexto de reanimação econômica produzida pela ditadura militar através da exploração turística no país. Com a institucionalização da Unidade de Conservação era criado um espaço, delimitado por posições geográficas vazias de experiências, onde surgiriam novos sentidos desaparecendo aos poucos os percursos anteriormente conhecidos.

**Imagem 1 - localização do Parque estadual do Ibitipoca**



Fonte: JEANNOT et al (2016).

---

<sup>2</sup> Na época da criação do Parque Estadual do Ibitipoca, o código florestal brasileiro definia como parques nacionais “as áreas criadas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos” (DIEGUES, 2001: 69). O Parque Estadual do Ibitipoca (PEIb) foi criado em 4 de julho de 1973, por meio da Lei 6.126, abrangendo os municípios de Lima Duarte na sua porção sul e sudoeste; Santa Rita de Ibitipoca ao norte e Bias Fortes ao leste. Fonte: Wikiparques.org

Antes de se tornar um parque de conservação natural, o território conhecido como Serra Grande<sup>3</sup> era ocupado por populações camponesas<sup>4</sup> que realizavam ali diversas atividades. Os moradores mais antigos das comunidades do entorno da Unidade de Conservação relatam que utilizavam o local para pastoreio de gado durante o inverno, para reuniões religiosas como a reza do terço todo três de maio<sup>5</sup>, missas na capela que ficava localizada no Pico do Pião, se divertiam nas grutas e cachoeiras com amigos e familiares e utilizavam ainda trilhas e caminhos que cortavam todo o território para ter contato com as comunidades vizinhas.

O discurso de necessidade de proteção integral da natureza através da criação de uma unidade de conservação representa aquilo que Diegues chama de “mito moderno da natureza intocada” no qual o homem é percebido como destruidor e incapaz de conviver com a preservação. Esta é uma concepção que carrega uma forte visão colonial<sup>6</sup> na qual homem e natureza estão permanentemente separados, existindo a necessidade de controlar e administrar a gestão dos espaços, transformando-os em lugares com fronteiras, demarcações e sentidos específicos<sup>7</sup>. Existe

---

<sup>3</sup> Hoje denominado Parque Estadual do Ibitipoca, a Unidade de Conservação é rodeada por oito comunidades que possuem laços ancestrais com o lugar: Conceição de Ibitipoca, Rancharia, Várzea de Santo Antônio, Moreiras, Bom Jesus do Vermelho, Mogol, São José dos Lopes e Laranjeiras. A portaria do Parque foi estabelecida a 3 km da vila de Conceição de Ibitipoca.

<sup>4</sup> Populações de pequenos produtores em isolamento relativo que possuem grande relação com os ciclos naturais, possuem tecnologias patrimoniais próprias assim como simbologias, mitos e linguagem (DIEGUES, 2001: 10).

<sup>5</sup> O terço da Santa Cruz, tradicional rito católico da população local, é realizado desde 1943. Sempre no dia 03 de maio, os devotos sobem a “Serra Grande” para rezar o terço no alto de uma colina localizada nas dependências do Parque Estadual do Ibitipoca. Entre as décadas de 1970 e 1980, o Estado chegou a proibir a realização de rituais religiosos no lugar, provavelmente como forma de destituir os usos simbólicos que a população local tinha para com o território tradicional transformado em parque (BEDIM, 2016: 146).

<sup>6</sup> A colonialidade é um padrão de poder que não se limita somente às relações formais de exploração ou dominação colonial, mas envolve diversas formas de subjugação que podem se manifestar também no senso comum e na compreensão que as populações têm de si mesmas. Envolve desigualdade racial, eurocentrismo e influência nas relações de produção, na educação e em outros aspectos da vida social. A colonialidade se expressa, ainda, nas representações do mundo natural, nos espaços público e comunitário, assim como no que é ou não considerado saber tradicional (MIGNOLO 2017). A dominação sobre a natureza é uma das premissas mais fortes a impulsionar o ímpeto colonizador, nascida da divisão entre cultura e natureza durante o renascimento europeu.

<sup>7</sup> O Decreto nº 84.017 de 21 de setembro de 1979, que aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, especifica em seu 2º parágrafo que é dever do governo criar, administrar e manter esses locais “intocáveis”.

uma divisão constante entre natureza e cultura, uma relação na qual a natureza está ali para ser dominada pelo homem e qualquer interação fora dessa concepção nem mesmo é considerada. Este modelo de criação de áreas naturais protegidas surgiu nos Estados Unidos em meados do século XIX e sua transposição para países tropicais colonizados através da

imposição de neomitos (a natureza selvagem intocada) e de espaços públicos sobre os espaços “comunitários” sobre os mitos bioantropomórficos (o homem como parte da natureza) tem gerado conflitos graves. Em muitos casos eles têm acarretado a expulsão dos moradores tradicionais de seus territórios ancestrais, como exige a legislação referente às unidades de conservação restritivas (DIEGUES, 2001: 09).

Aqui, o termo “público” está ligado à noção de direitos individuais homogêneos e não à noção de coletividade que, por sua vez, estaria ligada a discussões sobre identidade, cultura e pertencimento ao território, elementos de uma lógica social<sup>8</sup> (SIMON; SILVA, 2020: 09). Este conflito se dá ainda em relação à ecologia política considerando que o Estado impõe sobre espaços territoriais fronteiras e sentidos sem considerar o bem-estar das populações que habitam o interior ou as fronteiras dessas Unidades de Conservação. O processo de criação do Parque Estadual do Ibitipoca seguiu essa lógica de separação entre a população local e a área natural. O sentido de valor atribuído de acordo com a situação e o interesse na época privilegiou uma visão antropocêntrica que beneficiava populações urbanas e valorizava especialmente motivações estéticas para a criação de um parque com visitação turística. Esta representou uma visão tecnocrática e autoritária de conservação que não incluiu a participação da sociedade na definição da Unidade de Conservação, desconsiderando os arranjos locais e como as comunidades seriam afetadas através das restrições aplicadas ao espaço<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> O espaço comunitário neste caso possibilitaria a sobrevivência de um modo de vida e da cultura das populações ao seu redor, não recebendo uma gestão do estado. As comunidades possuem autonomia para autogestão do território. Já o espaço público é administrado pelo governo, destinado ao usufruto sob regras que possibilitam um uso público, direcionado a atender interesses pré-estabelecidos, não considerando necessariamente um pertencimento prévio ao território.

<sup>9</sup> Para Diegues (2001: 97-98), o debate que alimenta o discurso da necessidade de privatização de terras e/ou da defi

De acordo com os documentos que envolvem o processo de criação e implantação do parque, a princípio a preocupação com a conservação ambiental da área tende a representar um caráter secundário face à expectativa do aparato político do Estado em agilizar a sua apropriação via turismo. Pode-se dizer que foi ambígua a postura política do IEF em relação ao parque, na medida em que, de um lado, proibiu os tradicionais usos da área pela população camponesa local, mas, simultaneamente, criou as condições necessárias à presença humana, via seu “uso público” pelos turistas, maximizando a sua respectiva exploração econômica (CRESTON, 2014: 49).

“Essa narrativa [...] é considerada por muitos, ainda hoje, um fator subversivo: conta a história de uma tal Serra Grande que foi transformada em parque por um tal Estado que não lhes disse ainda o porquê” (BEDIM, 2016: 150). A retirada das populações das zonas de proteção, assim como a não permissão de uso do território mantendo as tradições<sup>10</sup> acarreta uma série de problemas éticos, sociais, econômicos, políticos e culturais. São criadas tensões entre uso comunitário e uso público/privado evidenciando especialmente o conflito entre as distintas formas de relacionamento com a natureza no processo de produção e reprodução do espaço geográfico<sup>11</sup>. As propostas de conservação formuladas em gabinetes institucionais demonstram uma política excludente, que pensa no meio ambiente exterior às populações assim como as políticas ambientais<sup>12</sup>.

---

nição destas como propriedades públicas, descredencia o regime de propriedade comum, que ainda é uma realidade no Brasil (SIMON; SILVA, 2020: 09).

<sup>10</sup> A colonialidade se expressa também ao considerar os conhecimentos locais como “não-saber”. São somente objetos de estudo subalternizados, especialmente por se relacionarem a aspectos como memória, experiência, afeto, sentidos (SHEPARD, 2018: 05-06).

<sup>11</sup> O preservacionismo considera que “a natureza selvagem é intocada e intocável e é impensável que uma unidade de conservação (parques nacionais e reservas ecológicas) possa proteger, além da diversidade biológica, a diversidade cultural” (DIEGUES, 2001: 74). Essa corrente domina as entidades de conservação mais antigas do Brasil e foi a ideologia responsável pelo surgimento das Unidades de Conservação no país. Já o conservacionismo apregoa o uso racional através do manejo baseando a relação com a natureza em três princípios básicos: uso dos “recursos naturais” pela geração presente, prevenção do desperdício e uso desses recursos para benefício da maioria dos cidadãos. Essa é considerada a ideia precursora por trás do que hoje se considera como desenvolvimento sustentável.

<sup>12</sup> As concepções de propriedade fundiária tanto na Lei de Terras de 1850 quanto no Estatuto da Terra de 1964 ignoram a propriedade comunal da terra e sua funcionalidade à reprodução camponesa – parâmetros legais que possibilitaram ao Estado tomar a Serra Grande como propriedade e lá instituir o Parque Estadual do Ibitipoca – um parque criado de forma unilateral, por decreto, sem indenizar ninguém ou justificar a outrem sobre a desapropriação e usurpação dos direitos históricos de uso da terra – mesmo porque o poder público, apoiado na legislação vigente, se negou a reconhecer tais direitos. Dessa forma, o camponês de Ibitipoca, desde o início, esteve à margem do processo de criação do Parque;

O ato de criação de uma UC é por si só limitador das atividades econômicas e culturais das populações residentes na área. Desta feita, na visão das populações residentes no “território criado”, o ato de criação da UC já é um conflito entre seus interesses e o interesse do Estado, que sob a égide de gestor dos recursos naturais, delimita um espaço que passa a ser especialmente protegido com regras e limitações que antes não existiam. Entretanto, as populações que já residiam ali antes da criação do “novo território”, desenvolviam seus padrões de ocupação sob outras normas, muitas vezes não observando leis ambientais e de ordenamento do território já existentes. Assim, em muitos casos a criação de UCs configuraram no espaço “territórios de exclusão” (SOARES, 2018: 492).

Considerando que, nas últimas décadas, grupos sociais que vivem dentro e no entorno de áreas protegidas entraram em um contexto específico de profunda mudança social, causada pelas políticas de conservação da biodiversidade, buscaremos analisar o fechamento dos caminhos que perpassavam o território hoje conhecido como Parque Estadual do Ibitipoca e como este fato impactou as comunidades locais.

Para a construção desta análise, realizamos entrevistas com sujeitos pertencentes a três comunidades localizadas no entorno da Unidade de Conservação: Conceição de Ibitipoca, Mogol e Várzea de Santo Antônio. O distrito de Conceição de Ibitipoca, pertencente ao município de Lima Duarte, foi escolhido por ser a sede da única portaria do Parque Estadual, a localidade que concentrou a atividade turística em um primeiro momento e que hoje possui um modo de vida cada vez mais afastado das tradições culturais, sofrendo intenso impacto do turismo, êxodo populacional, e especulação imobiliária. A comunidade do Mogol, também pertencente ao município de Lima Duarte, foi escolhida por representar um caso específico de gentrificação e fetichização do patrimônio cultural. A localidade possui apenas vinte e dois moradores atualmente e abriga um resort de luxo, várias práticas culturais não são permitidas pelas regras do novo proprietário e algumas delas são utilizadas como atrativos para os turistas que visitam o lugar. Já a comunidade

---

o sujeito que estava ali, mas para o Estado era como se não estivesse. Quando muito, os camponeses apareciam vez ou outra nos documentos apenas a título cautelar, como possível ameaça aos interesses estatais (BEDIM, 2016: 156).

da Várzea de Santo Antônio foi escolhida por representar um certo oposto do que aconteceu com as anteriores. Estando “isolada” na face norte da Unidade de Conservação, as atividades turísticas não chegaram à localidade que mantém tradições ligadas a uma vida essencialmente rural, sem acesso facilitado ao território da Unidade de Conservação, pois a portaria de acesso fica no extremo oposto de sua localização.

Os entrevistados são nativos, pessoas influentes em suas comunidades, com conhecimento das histórias e culturas locais. Aceitaram realizar as entrevistas desde que suas identidades fossem mantidas em sigilo através do anonimato. Foram realizadas conversas gravadas em áudio a pedido dos entrevistados, que não se sentiram confortáveis realizando entrevistas gravadas em vídeo. Cinco conversas foram feitas, quatro presencialmente e uma por chamada de vídeo, utilizando um roteiro semi-estruturado com questões sobre o território da Serra Grande/Parque Estadual do Ibitipoca e sua relação com as comunidades antes da criação da Unidade de Conservação e no momento atual. No questionário existia a abertura para novas questões caso surgisse um tema importante durante a conversa.

### **Territórios plurais e dinâmica sociopolítica**

O conceito de território será essencial para este estudo, conforme Zambrano

se entiende por territorio el espacio terrestre, real o imaginado, que un pueblo (etnia o nación) ocupa o utiliza de alguna manera, sobre el cual genera sentido de pertenencia, que confronta con el de otros, lo organiza de acuerdo con los patrones de diferenciación productiva (riqueza económica), social (origen de parentesco) y sexo/género (división sexual de los espacios) y ejerce jurisdicción. Hay territorios sagrados, festivos, ecológicos, productivos etc., como territorios de uso privado o colectivo. En tanto que el territorio es humanizado, cultivado, representado etc., genera comportamientos culturales en torno a él, leyendas, temores y topónimos. Cada pueblo, comunidad o sociedad quiere ser soberana sobre su territorio y ejercer autoridad en la comunidad política. Como los pueblos son diversos étnica, política y culturalmente, las nociones de espacio varían de pueblo a pueblo, de nación a nación, de Estado a Estado (ZAMBRANO, 2001: 29)



Analisaremos as dimensões material e simbólica do território. Em sua primeira concepção, território significa terra, controle, delimitação no sentido jurídico-político-econômico. Esta noção nos fala sobre a criação do Parque Estadual e como foi considerada a questão material da terra, os limites estabelecidos geograficamente. A outra concepção de território tem a característica de apropriação simbólica, cultural, de pertença e tradição. Essa segunda compreensão será essencial para entender a luta pela manutenção do direito ao acesso à terra, ao seu usufruto, ao exercício de suas tradições ancestrais, à conservação de questões abstratas e não somente materiais. A análise do território deve considerar suas diferentes dimensões, sua construção social e histórica numa abordagem ampla, assim sendo a relação entre território e identidade será importante para compreendermos o destino de comunidades que possuíam e possuem tradições em comum, laços afetivos e familiares em torno da região da Serra Grande, atual parque Estadual do Ibitipoca.

Como afirma Santos:

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência. (...)O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade (SANTOS, 1999: 07-08).

O território é, ao mesmo tempo, um instrumento do poder político e um espaço de identidade cultural, “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’” (HAESBAERT, 2004: 03). O território seria um espaço-processo, social e continuamente construído através de apropriação e dominação, processos esses que estariam estreitamente ligados ao “ser” em relação àquelas camadas mais desfavorecidas e invisibilizadas da população, para as quais a identidade e a funcionalidade do território se confundiriam de forma a não ser possível distingui-las.

Consideramos essencial o conceito de territórios plurais de Zambrano (2001), noção que



compreende a existência de uma pluralidade de percepções territoriais estruturadas e estruturantes que desembocam sempre na luta social pela representação de sentidos. Essa pluralidade de significados é percebida na historicidade do território, considerando o contexto por trás dos arranjos simbólicos constituídos em relação a ele. Observamos que o território da Serra Grande/Parque Estadual do Ibitipoca atualmente apresenta uma territorialização fechada, no sentido de que nele é imposto a correspondência entre poder político e identidade cultural e não considerada a existência de uma territorialidade plural constituída por grupos ou indivíduos que “constroem seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários” (HAESBAERT, 2004: 08).

O estabelecimento de uma dinâmica sociopolítica diferenciada com a criação de uma nova instituição administrativa para gerir e conferir ao território uma identidade, sobreposta aos sentidos que antes existiam no lugar pode ser observada no caso estudado. Através da imposição, e não da coexistência de diferentes percepções e representações sobre o espaço, a ordenação de relações sociais e a produção de poder que exerceu o domínio neste território representou uma estratégia para afastar as pessoas e os sentidos que existiam no local, incutindo nele novos significados.

La construcción y apropiación social y cultural del territorio es también una apropiación política, en tanto estrategia del espacio que delimita - interna y externamente - las relaciones sociales entre colectividades. De ahí que, en principio, el sujeto activo del territorio sea un sujeto antropológico y no ecológico. Tal sujeto es quien define - colectivamente - los contornos múltiples del territorio, transitando al sujeto político. Se trata de explicar, en consecuencia, el tránsito del territorio cultural al territorio político, aquel que da sustento a la comunidad imaginada, que requiere imaginar el territorio para legitimarse y dominar (ZAMBRANO: 32).

Assim sendo, buscamos demonstrar como o processo de criação do Parque Estadual não considerou, à época, o significado já existente desse local, o pertencimento das populações do entorno, suas tradições e uso ancestral da terra, durante o processo de constituição da Unidade de Conservação.

## Os caminhos da “serra que estoura”

Podemos perceber a importância dos contatos entre as localidades do entorno do Parque Estadual do Ibitipoca através das falas e histórias de moradores da região. Casamentos, amizades, apadrinhamentos<sup>13</sup>, parentescos foram construídos ao redor do território, algo intrínseco ao espaço e que se estendia às comunidades possibilitando a formação e extensão dos laços para regiões de diversos municípios vizinhos. As populações que utilizavam o espaço de forma comunitária passavam por alguns caminhos que tornavam o território interligado, elemento essencial da organização das relações sociais. Como afirma Cáceres “o uso desses caminhos não é apenas utilitário e está atrelado a um universo de relações de parentesco, tramas de significados e vínculos de pertencimento e envolvimento afetivo que configuram uma singular prática espacial” (2016: 65).

---

<sup>13</sup> Ana Paula Dutra Bôscaró analisou as alianças formadas através do apadrinhamento de crianças nascidas cativas e livres nos séculos XVIII e XIX em cinco localidades que compunham a serra da Mantiqueira. Esta relação se estendia pelas localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina. A autora constatou a busca por alianças dos pequenos proprietários com “indivíduos que detinham um maior prestígio social, econômico e político” (2016: 13), mas também apadrinhamentos que visavam reforçar os vínculos sociais entre os pares. A pesquisadora conclui que a escolha de compadres e comadres residentes em outras localidades, apesar de incomum, era hábito na região mostrando que as relações de apadrinhamento poderiam ultrapassar as “barreiras” geográficas do espaço em que esses pequenos proprietários viviam.

**Imagem 2 - comunidades no entorno da Serra Grande, atual Parque Estadual do Ibitipoca**

Fonte: Elaborado pela autora

Os caminhos sempre guardam uma história. O desenho de políticas ambientais que partem da ideia de vazio populacional da paisagem se contrapõe à noção de que os caminhos são a “materialização de um eterno envolvimento afetivo com a paisagem<sup>14</sup>, enunciando usos de espaço, fala de lugares visitados e revisitados pela memória, pois permitem produzir trajetos que descortinam cursos de vida” (CÁCERES, 2016: 73). Caminhos antigos que ligavam algumas comunidades passando pelo território da Serra Grande, nome pelo qual era conhecido o local que hoje é o Parque Estadual do Ibitipoca, ainda existem atualmente, mas são cada vez menos usados, devido à impossibilidade de entrar no território da Unidade de Conservação fora da portaria de acesso<sup>15</sup>. Um desses caminhos antigos ligava a comunidade do Mogol ao Pico do Pião. Neste local

<sup>14</sup> O discurso autorizado do patrimônio se concentra nas características materiais deste desconsiderando os significados culturais ligados a ele. Todas as formas que se opõe a esse discurso hegemônico são excluídas (SMITH, 2011: 44-45).

<sup>15</sup> Existe uma política de gratuidade para acesso dos moradores do entorno que se estende às comunidades de Conceição de Ibitipoca, Rancharia e Mogol (Lima Duarte), Moreiras e Bom Jesus do Vermelho (Santa Rita do Ibitipoca) e Várzea de Santo Antônio (Bias Fortes). As comunidades de São José dos Lopes e Laranjeiras (Lima Duarte) não possuem a gratuidade de acesso que se dá somente para os moradores previamente cadastrados, durante dias de se

existia a capela do Bom Jesus da Serra, que foi construída comunitariamente, após sua destruição uma réplica idêntica foi construída ao lado da Igreja do Mogol, tendo em seu interior a imagem do Bom Jesus, que ficava na capela original<sup>16</sup>.

**Imagem 3 - Capela do Senhor Bom Jesus da Serra, que ficava localizada no Pico do Pião**



Fonte: Acervo Afrânio de Paula

---

mana, utilizando a portaria de Conceição de Ibitipoca, mesmo para as comunidades que se localizam na face norte da unidade de Conservação e consequentemente no extremo oposto da entrada. O Parque Estadual do Ibitipoca é o único de Minas Gerais a não permitir acesso gratuito aos moradores em finais de semana e feriados. Fonte: PORTARIA IEF Nº 22 DE 17 DE MAIO DE 2018.

<sup>16</sup> Três imagens foram transportadas da capela do Bom Jesus da Serra para a capela localizada no Mogol, a imagem do Bom Jesus, uma imagem de São Francisco que atualmente está em restauração para manutenção e uma imagem do Sagrado Coração de Jesus.

**Imagem 4 - Réplica da capela localizada na comunidade do Mogol**

Fonte: acervo da autora

A capela era um ponto de encontro religioso das comunidades, moradores iam a cavalo ou mesmo a pé para acompanhar as celebrações. Os materiais para construção foram levados no lombo de burros, cada comunidade que contribuiu o fez seja com mão de obra, seja com matéria prima. Um sentimento de unidade e compartilhamento transparece nas narrativas dessas histórias, onde pessoas de vários locais ajudaram na construção, acompanharam celebrações, receberam sacramentos ou fizeram romarias. A reconstrução da capela na vila do Mogol visa uma continuidade, o desejo de manter viva uma memória, uma tradição e um espaço. Nessa nova capela a história se mantém e pessoas de várias comunidades costumam visitá-la, especialmente no dia da padroeira<sup>17</sup>.

A construção foi o pessoal daqui do Mogol, na época que a Igreja de lá caiu o Bom Jesus ficou lá no tempo, aí o pessoal daqui assumiu. Os mais velhos conta-va né? Que pegaram autorização com o Bispo pra trazer pra cá e aí construiu a capelinha aqui no Mogol, com intermédio do pessoal daqui né. Eles construiu a capelinha pra colocar a imagem do Bom Jesus e tá até hoje. [Você sabe por que a capela foi feita igual à que tinha na Serra?] Porque tinha que fazer igual ué, pra colocar o Senhor Bom Jesus. Tinha que fazer aqui igual tinha lá. Assim eles falam né, o pessoal fala que foi feito igual (Entrevistado 04).

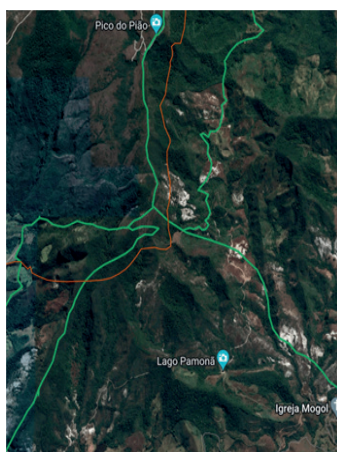
---

<sup>17</sup> A padroeira da vila do Mogol é Nossa Senhora dos Remédios. Nas proximidades do dia 29 de agosto acontece a festa da padroeira promovida pelos moradores e pela Igreja católica, pessoas de várias comunidades do entorno se reúnem para as comemorações.

Além da capela localizada no Pico do Pião, outros locais na Serra Grande estavam profundamente ligados a aspectos religiosos como o Morro do Cruzeiro e o Paredão de Santo Antônio<sup>18</sup>. Os caminhos percorridos pelas comunidades possuíam sentidos diversos, repletos de histórias e vivências, aquilo que Ingold chama de “emaranhado de linhas” (2022: 81), trilhos pelos quais se vive a vida nos quais as pessoas estão indo e vindo transitando pelas pastagens, campos, florestas e aldeias dentro de um ciclo diário e sazonal. Caminhos que se estendiam entre as vilas e faziam parte da paisagem. Abaixo, podemos ver três destes que ligavam a região do Mogol, Fazenda do Engenho e Gavião ao Pico do Pião, onde ficava localizada a capela do Bom Jesus da Serra.

**Imagem 5 - Caminhos que ligavam as regiões do Mogol, Fazenda do Engenho e**

**Gavião ao Pico do Pião**



 Limites do Parque Estadual do Ibitipoca

 Trilhas que passavam pelo território

Fonte: Elaborado pela autora com auxílio de moradores do entorno

<sup>18</sup> As devoções realizadas na Serra Grande, assim como o uso comunal das terras, foram desconsiderados pelo Estado com a reivindicação da posse dessas como terras devolutas, sem uso ou propriedade. A idealização da criação de um parque florestal na região remonta à década de 1960 tendo todo o processo sido realizado visando ganhos econômicos e desconsiderando a população local. “O ‘progresso’ e o ‘desenvolvimento turístico’ idealizados pelos políticos não poderia esperar. Era preciso retirar imediatamente os rebanhos bovinos para lá e atrair milhares de turistas que, aliás, ainda não se sabe se causariam menos impacto que o gado. Que os camponeses carregassem seus bois e suas rezas para outro lugar...” (BEDIM, 2016: 157)

Podemos observar mais à direita na imagem a trilha que ligava a vila do Mogol ao Pico do Pião, os dois outros caminhos que estão mais à esquerda da imagem partiam de propriedades da região da Fazenda do Engenho. Esses caminhos se encontravam no local conhecido como Garnê. Além destes caminhos existem outros, que ligam várias comunidades à Unidade de Conservação. Alguns possuem nomes como trilha das Bengalas<sup>19</sup> e do Melo, mas existiam diversos outros que não têm nomes específicos e alguns outros que com o tempo foram se fechando, deixando de ser usados até se perderem na memória. No distrito de Conceição de Ibitipoca, onde fica a portaria do Parque Estadual, existiam/existem algumas trilhas usadas pelos moradores da região da Fazenda do Tanque, da região da Ponte Alta (conhecida atualmente também como Serrinha), da região do Sítio das Hortênsias para chegar à Unidade de Conservação. Há relatos de que uma dessas trilhas foi bastante utilizada no período em que o Parque esteve fechado, entre 1984 e 1987, para instalação de nova infraestrutura e equipamentos turísticos. Mesmo o território estando fechado temporariamente, os moradores não deixaram de acessá-lo.

**Imagem 6 - Trilhas que ligavam a vila de Conceição de Ibitipoca à Serra Grande, atual Parque Estadual do Ibitipoca**



- Limites do Parque Estadual do Ibitipoca
- Trilhas que passavam pelo território

Fonte: Elaborado pela autora, com auxílio de moradores do entorno

<sup>19</sup> O caminho tem esse nome por possuir em sua extensão uma planta da qual são feitas bengalas.



No topo da imagem podemos ver a trilha da Ponte Alta, mais abaixo a trilha da Fazenda do Tanque, ao centro está a atual estrada de acesso ao Parque que também era um caminho antigo. Mais abaixo na imagem está a trilha que liga a região da Fazenda das Hortênsias ao Parque. Além da visita à Serra Grande para o lazer e celebrações religiosas, era comum que a população praticasse “caça, coleta de mel e pinhão de araucária; cactáceos; extração de palmito, vassoura do campo e macela” (BEDIM, 2016: 150), uma flor típica da região<sup>20</sup>:

[...] entrando por um lugar que chama as “bengala”, que é nas areias, lá no muro de escravo onde teve uma ameaça de fogo. Ali tem um caminho que subia a cavalo pra ir pra missa do Pião, quem vinha do Mogol subia a Árvore dos Sete Cavaleiros, pelo Garnê, Grota Funda, Capim Véio, conheço aquela região toda ali. Eu já entrei no Parque em seis é... por seis entradas entendeu? Além da guarita. Pra colher macela em garoto, entendeu? Pra fazer travesseiro. (Entrevistado 01)

O território fazia parte das vivências da população nos mais diferentes aspectos. As pessoas frequentavam o espaço cotidianamente, ao contrário do discurso do Estado que desde início do século XX entendia que a região era desabitada, um “paraíso na terra” repleto de pureza ligada ao fato de ser completamente intocada pelo ser humano<sup>21</sup>. Abaixo podemos observar as trilhas das Bengalas e do Melo. Elas são usadas, até os dias atuais, para ligar as comunidades que ficam na face norte ao Parque Estadual do Ibitipoca.

<sup>20</sup> A macela (*Achyrocline satureioides*) é uma planta de uso medicinal e cosmético. Possui propriedades relaxantes e calmantes sendo usada para enchimento de travesseiros e colchões, possibilitando um sono tranquilo. Na região da Serra Grande, além do uso pessoal, a flor era vendida para complementação de renda familiar.

<sup>21</sup> O caráter de excepcionalidade se liga fortemente àquilo que é impensável, à impossibilidade de pensar que algo diferente da realidade que se quer ver possa existir (TROUILLOT, 2016).

### Imagem 7 - Trilhas que ligavam as comunidades da face norte à Serra Grande, atual Parque Estadual do Ibitipoca



- Limites do Parque Estadual do Ibitipoca
- Trilhas que passavam pelo território

Fonte: Elaborado pela autora com auxílio de moradores do entorno

A narrativa de criação do Parque Estadual do Ibitipoca é de que não houve problemas fundiários e que o espaço era vazio e desabitado, sem uso. No entanto, relatos de moradores contradizem essa versão, revelando que o cercamento do território não foi tão pacífico na época, como a história que vemos a seguir:

A trilha da bengala, assim que fundou o Parque, meu pai foi o primeiro funcionário do Parque e aí ele foi lá fazer a cerca de arame pra cercar a divisa e cercar a trilha. Diz meu pai que cercava a trilha num dia, voltava no outro dia lá o pessoal da Várzea ia lá e cortava e uma vez quase teve um conflito direto de arma. Que o gerente do Parque que faleceu o Sr. Jacinto Lage foi com a turma do Parque, o pai e outros eles foram tudo armado pra lá. Falaram hoje vamo resolver aquilo lá! Chegou lá tinha o dobro de homem armado lá da Várzea, com cavalo, com espingarda e tudo. Não chegou a ter o tiro né? O confronto, mas por muito pouco. Ah pra você ver o que ia acontecer. Olha o impacto que é (Entrevistado 03).

Após o estabelecimento do Parque as atividades de pastoreio e extração de materiais foram extintas<sup>22</sup>, mas até o início dos anos 2000 as trilhas ainda eram usadas por moradores que iam ao

<sup>22</sup> Além do uso das trilhas, o recolhimento de flores que cresciam no local ainda ocorria, como podemos observar no

Parque para se divertir e por aqueles que atravessavam o território com a intenção de chegar a outras comunidades. A fiscalização se tornou mais rígida nos últimos anos coibindo esse hábito. Um dos fatores tido como responsável pela diminuição do contato entre as comunidades se dá em relação a essa dificuldade de deslocamento e pela proibição de acesso ao território, que possibilitou um desenvolvimento econômico e social diferenciado apenas para a vila de Conceição de Ibitipoca.

A legislação devia pensar nas comunidades né, em torno da unidade de conservação. O que aconteceu aqui foi o contrário, foi perdendo esse vínculo, chegou agora no ponto que se a gente subir [a serra] a gente é multado, entendeu? Então por um lado é... tá havendo uma rigidez muito grande na questão, mas por outro não tá sendo uma inclusão né, das pessoas. E a trilha era usada sim pra conexão das comunidades e aí foi se perdendo isso (Entrevistado 02).



A concepção de que o patrimônio deve ser protegido por ser finito, frágil e não renovável é uma criação, que se manifesta no processo de institucionalização de um patrimônio no qual há a defesa de algumas identidades e memórias em detrimento de outras (SMITH, 2011: 41). Observando o mapa das trilhas e caminhos antigos, podemos notar que todas as comunidades possuíam uma forma de acessar o território, o que demonstra claramente, junto aos relatos, que a interação com o espaço não somente existia como era significativa e incalculável para os habitantes da região.

---

relato a seguir: “Quando fechou esses acessos, tiveram algumas invasões de gado, nego ia lá cortava a cerca o gado enfiava aí logo que descobria tinha uma porção de dia, isso não danifica muito, agora quando se falava no Estado existia um respeito muito grande, entendeu? Existia um respeito muito grande. O pessoal falava assim ‘ó vai brigar com o governo, entendeu?’ O Estado é a justiça, entendeu? Tinha essa mentalidade. Agora ficou bem claro assim, não explorar a madeira, não tirar candeia é, mas bem alguns anos após o tombamento, era feita uma vista grossa pra aqueles que tinha costume de pegar a quaresminha pra tingir lã e fios, tinha muitas tecedeiras. Eu bem garoto eu lembro do pessoal tirar e ‘ó, não pode contar não!’, mas o administrador sabia, fazia vista grossa. A macela, entendeu? O que ficou restrito mesmo era a invasão de gado, isso aí eles pedia memo, não é que ameaçava “ó é perigoso! Se o Estado chegar não é eu, eles vai pegar esse gado e levar embora”. O patrimônio que o cara tinha era um gadinho, então o cara não queria correr o risco e respeitava. E exploração de madeira, tombou o parque e nunca mais tirou sabe? Isso aí o pessoal respeitava” (Entrevistado 01)

### Imagem 8 - Trilhas que passavam pela Serra Grande, atual Parque Estadual do Ibitipoca



-  Limites do Parque Estadual do Ibitipoca
-  Trilhas que passavam pelo território

Fonte: Elaborado pela autora com auxílio de moradores do entorno

O patrimônio consiste nas referências consideradas como representativas de diferentes grupos sociais, o valor dessas referências culturais, compostas pelos bens materiais e imateriais é, por sua vez, atribuído em função de determinados critérios e interesses dos sujeitos que se relacionam nesse espaço. Os bens não possuem valor intrínseco, a não ser aquele dado a eles de acordo com as relações sociais produzidas em determinado espaço, articulados com a memória social da população.

Assim, o patrimônio cultural não reside numa coisa, mas consiste numa relação, – a relação da vida social com indícios do passado, pertinentes ao processo histórico. Deste modo, a idéia de patrimônio lida também com representações – que visam ser legítimas –, e seu sentido se dá quando faz o passado interagir com o presente, contribuindo para reforçar vínculos de pertencimento entre o indivíduo e seu grupo, entre este, o meio ambiente e a sociedade (NÓR, 2010: 58).

O território da Unidade de Conservação em si não possui valor intrínseco, o valor foi atribuído a ela com o passar do tempo e dos interesses envolvidos. Em um primeiro momento possuía valor simbólico relacionado com as vidas das populações locais, sentidos ligados às

histórias e memórias. Esse valor foi substituído com a criação da Unidade de Conservação que considerou o valor estético de excepcionalidade em um primeiro momento, e logo após o valor turístico e de conservação da biodiversidade. O valor que o território possuía em um primeiro momento, no entanto, não deixou de existir, permanecendo na memória local, sobrevivendo através da luta social pela pertença e reconhecimento de sua importância enquanto referência cultural das populações do entorno.

Para além da criação do Parque Estadual do Ibitipoca, problemas relacionados ao fechamento de caminhos e trilhas antigas do entorno por proprietários particulares vem acontecendo desde a valorização do local, promovida pela criação da Unidade de Conservação, e consequente venda dessas terras. Um empresário que atualmente detém cerca de 70% das terras no entorno da Unidade de Conservação<sup>23</sup> tem utilizado os caminhos antigos para turismo sem, no entanto, permitir que os moradores transitem pelos mesmos locais.

Antigamente sim [se usava a trilha que liga a vila do Mogol à Várzea de Santo Antônio], hoje em dia é mais caminho particular né. Mais ainda passa umas pessoa ainda. Se o morador quiser passar tem que pedir ordem. À pé eu não sei, mas de cavalo, de bicicleta e de carro tem que pedir. Costuma ter problema, eu mesmo já tive. Chega na portaria o pessoal fala que não pode ir, que tem hóspede essas coisa assim. Interfere bastante na vida, porque o direito da pessoa ir e vir é direito de todos. Atrapalhou bastante a relação entre as comunidades, no meu ponto de vista. Às vezes a pessoa quer ir lá na comunidade vizinha, tem que dar a volta no Pinheiro, tem que dar a volta na Ibitipoca. Vão supor pra ir na Várzea de Santo Antônio, ir ali por dentro é um pulo. Mesma coisa Ibitipoca. Se a gente quiser ir em Ibitipoca dependendo do dia tem que dar a volta na Água Fria. Aumenta quase um tanto a viagem (Entrevistado 05).

Ali sempre foi caminho, o cara comprou. Uma coisa é você comprar uma terra e ter o direito da propriedade privada ali. Agora você tem que respeitar os caminhos que já existem, né? As vias de comunicação de uma comunidade com a outra, acho que isso não foi visto, isso não foi respeitado não. E aí começou a dar atrito porque as pessoas sempre usaram o caminho, aí na hora que vem alguém que usa ali pô, o cara fez lá uma estrada “ah não agora só eu posso passar na estrada” então é meio complicado isso. Cria um ranço ali, cria um sentimento de egoísmo mesmo, bem ruim. Porque acho que ele não entende que aqui, assim, é como se fossem vários bairros, você pega ali o “bairro do Mogol”, o “bairro da Várzea”,

---

<sup>23</sup> Informação disponível em Creston (2014: 65).

o “bairro de Conceição” e esses bairros se comunicam e no meio desses bairros tem várias casinhas isoladas que vão se comunicando também né? Que são as fazendinhas, os sítios. E aí chega um que compra ali e fala “ó agora esse caminho aqui agora é só meu”. Você corta ali uma artéria né? O desenvolvimento, a comunicação com o todo, que é o que aconteceu com o Parque. Tesouraram ali o nosso acesso à Serra, a nossa comunicação com o outro lado. A nossa comunicação com o bem natural né? Com a montanha. Então isso é ruim. Começa a vir esses questionamentos, por que que só o povo do outro lado pode subir a Serra? Se a gente aqui a vida inteira subiu né? O que vem acontecendo é essa privatização aí de um patrimônio natural, de um bem público que é a Serra (Entrevistado 02).

O reconhecimento da importância da região para a memória coletiva despertou uma iniciativa de preservação de um espaço considerando a importância da memória das comunidades, no entorno da Unidade de Conservação. A região conhecida como Serra das Areias, localizada no limite do município de Bias Fortes e do Parque Estadual do Ibitipoca, foi tombada provisoriamente em seu conjunto paisagístico no ano de 2021. A área faz parte dos planos do governo municipal para a exploração de turismo sustentável e ecológico na região dada a demanda histórica de seus habitantes pelo acesso ao território da antiga Serra Grande e exploração do turismo na mesma<sup>24</sup>. O geógrafo Aziz Ab’Sáber compreende a paisagem como uma herança “em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades” (2003: 09). Tendo essa concepção como guia, uma das diretrizes propostas para o perímetro de tombamento da Serra das Areias é de que “as trilhas devem ser mantidas abertas e com acesso público, visto que fazem parte de acessos antigos usados pela população do entorno do bem. Sendo servidões antigas” (OLIVEIRA et al., 2001: 48).

Essa atenção em manter acesso aos caminhos ancestrais que são utilizados pela população há várias gerações não pôde ser observado no Parque Estadual do Ibitipoca e atualmente

---

<sup>24</sup> Disponível em <<https://www.biasfortes.mg.gov.br/2021/10/21/area-serra-prottegida-e-faz-parte-dos-planos-do-executivo-para-o-turismo-ecologico-sustentavel-de-bias-fortes/>>. Acesso em 15 de fev. 2023.

não acontece nas terras do entorno que foram adquiridas para sediar um projeto de um hotel “sustentável”. Após cinquenta anos de sua existência, a Unidade de Conservação ainda presencia acessos não autorizados em seu território, uma marca de resistência de moradores e luta pelo direito de acessar o espaço, “a lei funciona só para os moradores, pois tem turistas que passam pelas trilhas antigas e não são punidos por isso” (Entrevistado 03). Podemos notar a assimetria da relação da administração da Unidade de Conservação com os moradores e os turistas, “pois o rigor da aplicação das leis de proteção tem como alvo preferencial a população tradicional, sem atingir da mesma forma outras camadas sociais” (CÁCERES, 2016: 93).

## **Relatos cotidianos e memórias**

Relatos cotidianos são formas de se constituir o espaço, que é um “lugar praticado” (CERTEAU, 1998: 202), através da narrativa são fundados e articulados esses espaços. Esta concepção está ligada ao entendimento de que nenhum conhecimento, linguagem ou espaço está constituído definitivamente, noção que também podemos observar em Ingold (2015) para o qual é através da vivência que construímos nossa percepção, nossa contribuição no fazer de cada espaço, de cada história. A percepção sobre a existência da Serra Grande pode ser bastante notada nas falas dos moradores mais idosos das comunidades do entorno do Parque Estadual do Ibitipoca através do uso majoritário do antigo nome em detrimento do atual. Percepção esta que apareceu também no trabalho de Creston, no depoimento de um/a dos/as entrevistados/as sobre as visitas ao Parque: “Frequentava no período de jovem, quando era a Serra Grande, da Igreja” (2014: 88). A persistência de memórias de um período passado é uma forma de resistência, de pertencimento que se expressa e se perpetua nos relatos.

O processo de criação do Parque Estadual do Ibitipoca fez parte de um contexto político no qual a contribuição dos moradores do entorno foi desconsiderada e logo depois silenciada. O



silenciamento proposital, produto de uma estratégia colonial para manutenção de poder, se reflete nas narrativas históricas através do apagamento de algumas memórias. Para Trouillot, esses

silêncios ingressam no processo de produção histórica em quatro momentos cruciais: no momento da criação do fato (na elaboração das *fontes*); no momento da composição do fato (na elaboração dos *arquivos*); no momento da recuperação do fato (na elaboração das *narrativas*); e no momento da significância retroativa (na elaboração da *história* em última instância) (TROUILLOT, 2016: 58)

As narrativas históricas apresentam conjuntos específicos de silêncios, que são produtos de processos singulares variáveis de acordo com cada realidade. Podemos observar que as desigualdades que são experimentadas pelos atores sociais são reproduzidas nesta narrativa. Parte inerente à produção historiográfica é a escolha do que irá compor a narrativa e do que será deixado de lado, o silêncio é necessário, pois seria impossível narrar todos os eventos exatamente como aconteceram. No entanto, o silêncio *deliberado* é o que nos interessa neste momento, esse processo pelo qual acontece uma escolha daquilo que será permitido compor a narrativa histórica e aquilo que deve ser esquecido pela sociedade. Esses silenciamentos propositalmente do passado impedem que muitas histórias sejam conhecidas, representam uma anulação. Contribuem ainda para tornar legítimo um discurso dito hegemônico, em torno daquilo que é a visão de mundo aceita e reforçada. Essa visão de mundo inclui tudo aquilo que deve ser tido como patrimônio, que constitui as memórias e identidades.

Aqui ocorre um processo de disputa por aquilo que serão considerados memórias e narrativas hegemônicas, selecionadas em detrimento de outras, que são silenciadas. Esse silenciamento acontece através da repressão aos usos tradicionais e ancestrais dos espaços aos quais as comunidades possuíam acesso, mas também através da negação na participação da gestão desses lugares. A fragilidade ou precariedade do contato entre a administração da Unidade de conservação com as comunidades expressa bem esta questão. Em estudo realizado por Jeannot sobre a efetividade do Parque Estadual do Ibitipoca, alguns pontos de fragilidade foram

identificados: planejamento de gestão que não utiliza dados ecológicos e socioeconômicos das pesquisas realizadas na unidade de conservação; pouco conhecimento dos funcionários sobre a biodiversidade e os objetivos do parque; ausência de consulta à comunidade nos processos de tomada de decisões da gestão; carência de informações culturais da comunidade, as necessidades do parque não são orientadas pelo aspecto socioeconômico local; os resultados das pesquisas do parque não são divulgados para a comunidade local; não há capacitação para desenvolvimento da comunidade e conselho consultivo. (JEANNOT, 2016). A constatação é de que o parque se concentra no manejo de trilhas e fiscalização do território, a gestão não é compartilhada com as comunidades ou sequer se preocupa com os aspectos socioeconômicos e culturais destas, apesar do bom relacionamento quando a Unidade de Conservação necessita de ajuda.

Os habitantes da Serra foram desconsiderados em todo o processo de criação da Unidade de Conservação e suas vivências prévias, os sentidos que davam ao espaço, descartados e silenciados, como se nunca houvessem existido.

Os moradores que costumam se referenciar ao espaço somente como Serra Grande, ao serem questionados se alguma vez já foram ao Parque Estadual do Ibitipoca respondem que nem sabem onde fica esse lugar. Aqui, a negação expressa uma ausência. Nesses relatos, a memória da Serra Grande sobrepõe a violência simbólica da proibição ao qual foram submetidos. O valor dado por muitos ao parque de conservação natural para os moradores nada representa posto que suas memórias estão ligadas a outras vivências, a outras histórias sobre o espaço que um dia lhes pertenceu<sup>25</sup>. Aqui fica reforçado que o valor intrínseco de um bem não existe, ele é sempre

---

<sup>25</sup> Embora a Serra Grande e o Parque Estadual ocupem um mesmo espaço físico, seus sentidos não são correspondentes. A diferenciação do território que surge nos relatos dos moradores do entorno nos revelam uma resistência de memórias que são muito anteriores à criação da Unidade de Conservação. Essas memórias têm sobrevivido ao tempo e ao silenciamento imposto pela administração pública e pelo discurso hegemônico do que seria um lugar idealizado, puro e intocado no qual havia um vazio populacional que até os dias de hoje deve ser protegido e visitado somente ocasionalmente.

atribuído pelas pessoas e nesse processo há sempre um jogo assimétrico de forças que pode mudar de acordo com a situação e o interesse.

## **Considerações finais**

As narrativas têm um papel valioso no desenvolvimento da sociedade, cada grupo é produtor e guardião de suas memórias e deve participar do processo de construção de narrativas históricas através do (re)conhecimento de suas trajetórias, experiências, formas de transmissão de tradições, valores e todas as formas de se estar no mundo. A história produzida desta forma impactará no desenvolvimento de políticas, na compreensão da sociedade sobre si, na construção da memória social e coletiva. Para isso, as diferentes narrativas precisam ser ouvidas e socializadas, é necessário que existam trocas, estratégias para sensibilizar e envolver pessoas, abrir espaços para que ocorra uma escuta ativa e a criação de histórias compartilhadas.

A criação de Unidades de Conservação envolve um conjunto de relações assimétricas nas quais acontecem disputas pelo uso do território e sobre os sentidos atribuídos a ele. A transformação de um território em área de conservação está baseada, historicamente, em uma concepção da natureza que exclui a presença humana que existia previamente, desconhecendo a cultura tradicional do espaço e valorizando seu uso público recreativo e de pesquisa. No caso do Parque Estadual do Ibitipoca, muitos moradores de comunidades do entorno tomaram conhecimento da criação da Unidade de Conservação somente muitos anos depois, não tendo sido envolvidos de forma alguma no processo. Um espaço que possuía sentidos compartilhados, responsável por possibilitar o contato entre populações que estavam ligadas há várias gerações através de vínculos afetivos e familiares foi ressignificado limitando as atividades culturais desses sujeitos. Podemos observar a grande importância do território, do patrimônio que ele representa como referência cultural para as populações do entorno da Unidade de Conservação. Para essas comunidades é

essencial o reconhecimento de seu pertencimento ao território que hoje constitui o Parque Estadual do Ibitipoca e com isso, a liberação de acesso a esse espaço. Cinquenta anos após a criação da Unidade de Conservação, a demanda ainda possui força e não diminuiu com o tempo.

O espaço físico e as suas propriedades não estão separados das experiências que o contém. Políticas ambientais que desconsiderem esse fato promovem uma desagregação irremediável no território e nas vidas das populações que ali habitam. É necessária a revisão do papel e objetivos das Unidades de Conservação existentes no país, principalmente visando minimizar o impacto que estas geram nas populações de seu entorno. Vimos que os investimentos socioeconômicos e culturais são essenciais para a continuidade destas comunidades, assim como a inclusão na gestão destes espaços, na discussão dos planos de manejo e nas formas de participação e interação com o espaço. É importante reafirmar a responsabilidade que as autoridades têm em promover o bem-estar das populações nos locais onde vivem compatibilizando a conservação com a melhoria das condições de vida das pessoas através da harmonia entre a presença humana e a preservação.

### Referências bibliográficas

AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BAIÃO, FILHO, Luiz Gonzaga. Parque Nacional Serra da Capivara e gestão interdisciplinar das narrativas do patrimônio cultural. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, n. 31., v. 1. UFPE, 2012.

BEDIM, Bruno Pereira. *O paraíso do capital: intervenções socioeconômicas do turismo na serra do Ibitipoca/MG*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2016.

BÔSCARO, Ana Paula Dutra. Laços espirituais, família e vizinhança: as relações de compadrio nas pequenas propriedades de escravos da serra da Mantiqueira – séculos XVIII e XIX. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Jul–Dez de 2016. v. 13, Ano XIII, nº 2.

BRASIL. Decreto nº 84.017 de 21 de setembro de 1979. Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Disponível em < [https://www.icmbio.gov.br/parnaguimaraes/images/stories/legislacao/decreto\\_federal\\_1979\\_84017.pdf](https://www.icmbio.gov.br/parnaguimaraes/images/stories/legislacao/decreto_federal_1979_84017.pdf)>. Acesso em 19/02/2023.

CÁCERES, Luz Stella Rodríguez. Do caminho à trilha: as perspectivas do lazer e do habitar na Transcarioca. *Interseções*, v. 18, n. 1, jun. 2016.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. v. 2. Artes de fazer. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CRESTON, Helena Tuler. *Turismo e Preservação em Ibitipoca/MG: Olhares Diversos*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2014.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2001.

FERREIRA, Lucia da Costa et al. Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. *Ideias*, v. 8, n. 2, 2001.

HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Ensaio. Porto Alegre, Setembro de 2004.

INGOLD, Tim. *Estar vivo*. Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

INGOLD, Tim. *Linhas: uma breve história*. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2022.

JEANNOT, Katya Kavuya; CARVALHO, Vinicius do Couto; FONTES, Marco Aurélio. Efetividade de gestão do Parque Estadual do Ibitipoca, Minas Gerais. *Floresta e Ambiente*, v. 23, n. 1, Jan-Mar 2016.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade, o lado mais escuro da modernidade. *RBCS*, v. 32, n. 94, junho/2017.

NÒR, Soraya. *Paisagem e lugar como referências culturais. Ribeirão da Ilha - Florianópolis*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Geografia. 2010.

OLIVEIRA, Sara Maria de; CUNHA, Leandro Volpini; Ávila, Ademir Nogueira de. *Dossiê de tombamento do Conjunto Paisagístico Serra das Areias*. Prefeitura Municipal de Bias Fortes, 2021.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, ano. 1, n. 1, 1999.

SHEPARD, Nick. Pensamento e prática decolonial [online]. *ECHOES: European Colonial Heritage Modalities in Emtangled Cities*. Disponível em <http://keywordsechoes.com/>. Acessado em 28/02/2023.

SIMON, Alba; SILVA, Isabel R. C. C. Trilha Transcarioca: conservacionismo e uso tradicional em conflito. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 35, n. 2, Jul./Dez., 2020.

SMITH, Laurajane. El “Espejo patrimonial” ¿Ilusión narcisista o reflexiones múltiples? *Antípoda Revista de Antropologia e Arqueologia*, n. 12, janeiro-junho/2011.

SOARES, Ilton Araújo; OLIVEIRA, Jorge Eduardo Lins; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana. Conflitos socioambientais na Área de proteção Ambiental de Jenipabu – RN. *Revista Brasileira de*

*Geografia Física*, v. 11, n. 2, 2018.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado*. Poder e a produção da História. Curitiba: Huya, 2016.

ZAMBRANO, Carlos Vladimir. Territorios plurales, cambio sociopolítico y gobernabilidad cultural. *Boletim Goiano de Geografia*. 21(1): 9-49. jan.-jul, 2001.

### **Entrevistas**

Entrevistado 01. Morador/a da comunidade de Conceição de Ibitipoca. Entrevistadora: Danielle A. Arruda. 1 arquivo .mp3 (77 minutos). Realizada em 28/02/2023.

Entrevistado 02. Morador/a da comunidade de Várzea de Santo Antônio. Entrevistadora: Danielle A. Arruda. 1 arquivo .mp4 (68 minutos). Realizada em 07/02/2023.

Entrevistado 03. Morador/a da comunidade de Conceição de Ibitipoca. Entrevistadora: Danielle A. Arruda. 1 arquivo .mp3 (47 minutos). Realizada em 26/02/2023.

Entrevistado 04. Morador/a da comunidade do Mogol. Entrevistadora: Danielle A. Arruda. 1 arquivo .mp3. (42 minutos). Realizada em 28/02/2023.

Entrevistado 05. Morador/a da comunidade do Mogol. Entrevistadora: Danielle A. Arruda. 1 arquivo .mp3 (22 minutos). Realizada em 28/02/2023.

*Recebido em: 31 de março de 2023*

*Aceito em: 21 de setembro de 2023*